



Índice

- 01** [Indígenas desocupam acesso a canteiro de Belo Monte](#)
- 02** [Abertura da XVI Mostra de Cultura Indígena no Museu do Índio](#)
- 03** [Projeto de Sebastião Salgado defende preservação da cultura indígena](#)
- 04** [Belém \(PA\) sedia encontro de povos e comunidades tradicionais](#)
- 05** [Extrativistas correm contra o tempo na coleta da castanha no Acre](#)
- 06** [Time indígena vai à Mojuí dos Campos e encerra excursão com vitória](#)
- 07** [Shopping Della recebe exposição Indígena](#)
- 08** [Acordos violam o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais](#)
- 09** [Povos indígenas de Porto Velho reivindicam acordos com Funai](#)
- 10** [Senador Acir Gurgacz \(PDT/RO\) cobra atenção aos povos indígenas](#)
- 11** [Couto diz que continuará lutando para que índios e quilombolas sejam respeitados](#)
- 12** [Ribeirinhos buscam alternativas para enfrentar a cheia no AM](#)
- 13** [MPF/AP ajuíza ação em defesa das comunidades quilombolas](#)
- 14** [Articulação das CPT's do cerrado se reúnem com deputados para discutir a PEC do Cerrado](#)
- 15** [Jovens índios participam de audiência e de exposição](#)
- 16** [Acir cobra atenção aos povos indígenas de Guajará-Mirim](#)



-
- 17** Indígenas invadem aérea do Iapar em Itaipulândia
 - 18** Projeto cultiva hortas em área indígena
 - 19** Estado propõe soluções após indígenas invadirem base náutica
 - 20** Comissão de Agricultura da Câmara debate revogação de convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais
 - 21** Exposição lembra história e cultura indígenas no Museu Câmara Cascudo
 - 22** MP discute abuso de álcool e drogas em aldeia indígena em Laranjeiras do Sul
 - 23** Ruralistas querem revogar conquista internacional das comunidades tradicionais
 - 24** MPF quer garantir serviço de saúde aos índios de Mato Castelhana
 - 25** Livro resgata instrumentos indígenas
 - 26** Suzano requer licenças prévia e de operação para expansão de eucaliptais em Montanha
 - 27** Homenagem da Arpin Sul ao eterno amigo e líder indígena Augusto Kaingang
 - 28** RS: "O conflito não é entre agricultores e indígenas, mas da política indigenista".
Entrevista especial com Henrique Kujawa



Indígenas desocupam acesso a canteiro de Belo Monte

SÍTIO CANAL ENERGIA, 02.06.2014

Etnia Xinkrin estava desde o dia 25 de maio acampada no acesso ao sítio Pimental

O grupo de indígenas que ocupava o acesso do sítio Pimental, um dos canteiros de obras da UHE Belo Monte (PA - 11.233 MW), deixou o local no última sexta-feira, 30 de maio. Desde o último dia 25 de maio, um grupo da etnia Xinkrin, estava acampado a três quilômetros da entrada do sítio. De acordo com informações da Norte Energia, as negociações que liberaram o acesso ao canteiro de obras foram conduzidas pela Casa de Governo em Altamira, com participação de representantes da empresa.

Os índios haviam tentado invadir o canteiro, mas foram impedidos pela Força Nacional de Segurança. Um outro grupo de cinco etnias também tinha acampado no último dia 22 de maio na entrada do sítio Belo Monte, outro ponto de obras. O grupo aceitou sair mediante a realização de um acordo uma reunião com o governo federal em Brasília na próxima quarta-feira, 4 de junho. Os indígenas cobravam o cumprimento das condicionantes indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

Abertura da XVI Mostra de Cultura Indígena no Museu do Índio

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 02.06.2014

Dia 3 de junho começa a exposição: "Jogos Indígenas no Brasil: uma Retrospectiva Iconográfica"

Nesse ano de 2014, a XVI Mostra Etnográfica sobre os Jogos Indígenas no Brasil, apresenta uma articulação entre o acervo do Museu do Índio presente e utilizado nas diversas modalidades de jogos realizadas por diversas etnias indígenas brasileiras. Este evento vem ocorrendo no Brasil, e, a cada ano, é realizado em uma região do país. Os jogos dos Povos Indígenas representam uma oportunidade de preservação de traços culturais importantes. Não se trata, portanto, de uma simples competição, mas, algo maior, que contribui para o conagraçamento, o encontro e a troca. Os Jogos são também uma possibilidade dos grupos observarem como cada povo mantém a sua cultura tradicional.

Organização:

Lídia Maria Meirelles

Local:

Museu do Índio

Data:

De terça-feira, 3 Junho, 2014 (O dia todo) até terça-feira, 31 Março, 2015 (O dia todo)



Projeto de Sebastião Salgado defende preservação da cultura indígena

SÍTIO G1, 02.06.2014

*Ele falou sobre iniciativa em apresentação da exposição 'Gênesis', em BH.
Fotógrafo contou que já iniciou trabalho com indígenas brasileiros isolados.*

Pedro Ângelo Do G1 MG

Depois de viajar durante oito anos por locais que ainda mantêm culturas milenares quase intocadas, o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado está atualmente desenvolvendo um novo projeto com as tribos indígenas brasileiras ainda isoladas. O mineiro de Aimorés, no Vale do Rio Doce, falou sobre a iniciativa nesta segunda-feira (2) em Belo Horizonte. O Palácio das Artes, no Centro da capital, recebe a exposição 'Gênesis' entre os dias 4 de junho e 24 de agosto.

"Eu acabei de chegar, no meio de abril de uma reportagem com os Yanomami, em Roraima. Trabalhei no mês de junho do ano passado com uma tribo, com os Awá, que estão no Maranhão. E pretendo continuar esse trabalho. Eu tenho essa parte de trabalho que eu realizei no projeto Gênesis. Eu trabalhei na Amazônia brasileira, na Venezuela. Mas esse trabalho que eu estou fazendo agora é um trabalho específico. A participação dos indígenas na formação de tudo no Brasil é muito maior do que a gente imagina", contou Salgado ao lado da mulher, Lélia Wanick Salgado, curadora da exposição.

Para o fotógrafo, é essencial que o se preserve a cultura indígena, e mostre para as gerações futuras a riqueza que ainda existe no Brasil. Sebastião Salgado acredita que deve levar entre quatro e cinco anos para finalizar o projeto.

"Toda a gama da nossa história desfila em frente da gente, e que nós temos obrigação de preservar. (...) A grande parte, a nossa verdadeira história ainda está aqui, são essas tribos. E, coincidentemente, a gente preservando essa cultura indígena, nós vamos estar preservando ainda essa grande parte de floresta brasileira", disse.

'Gênesis', o início

Sebastião Salgado contou que teve a motivação inicial para o projeto "Gênesis" quando recebeu dos pais a fazenda em Aimorés. Ele disse ter passado, anteriormente, por um período com "muita carga negativa", durante a produção do trabalho "Êxodos", época em que até chegou a pensar em deixar a fotografia.

"Quando nós recebemos essa terra, essa terra estava tão degradada, ou mais degradada do que eu. E a Lélia teve uma ideia fantástica", disse. Segundo Salgado, a mulher pensou em

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

replantar a floresta de mata atlântica que havia na região.

Atualmente, depois de cerca de dez anos da criação do Instituto Terra, o casal comemora a vida de mais de 2 milhões de árvores que foram plantadas ao redor da fazenda. "Reconstituindo esse pedaço de solo degradado, eu fui reconstituindo a minha vida também. Então eu fui renascendo , e voltou em mim uma grande vontade de fotografar outra vez", disse.

Desde então, foram oito anos capturando as imagens nos recantos mais selvagens do planeta. A jornada para a composição do projeto começou em 2004 e durou até 2012. Salgado realizou 30 viagens utilizando aviões de pequeno porte, helicópteros, barcos e canoas para atingir os pontos mais remotos do planeta. O resultado são 245 imagens que já estiveram em cidades como Londres, Roma, Toronto, Rio de Janeiro, São Paulo e agora chegam a Belo Horizonte.

Genesis, de Sebastião Salgado

Curadoria - Lélia Wanick Salgado

Palácio das Artes - Grande Galeria Alberto da Veiga Guignard e Espaço Mari 'Stella Tristão

Av. Afonso Pena, 1537, Centro

De terça a sábado, de 9 às 21h, domingo, de 16 às 21h

Informações (31) 3236-7400

Entrada Gratuita

Período de exposição: de 4 de junho a 24 de agosto



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

Durante quatro dias, gestores e representantes da sociedade civil devem avaliar e aprimorar mecanismos de acesso a territórios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.06.2014

Durante quatro dias, gestores e representantes da sociedade civil devem avaliar e aprimorar mecanismos de acesso a territórios

Começa nesta segunda-feira (2), o Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais da Região Norte, em Belém (PA), no Hotel Gold Mar. A reunião até quinta (5) objetiva avaliar e aprimorar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), com ênfase no acesso aos territórios e na regularização fundiária. Integram o eixo da PNPCT também o acesso a recursos naturais, à infraestrutura, à inclusão social e ao fomento à produção sustentável.

São considerados povos e comunidades tradicionais grupos culturalmente diferenciados que possuem formas próprias de organização, ocupam e usam seus territórios e recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esses grupos são: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Ao todo, já serão realizados cinco encontros regionais e um nacional. O primeiro foi no Nordeste, em dezembro de 2013, em Salvador (BA). Os próximos regionais serão em Cuiabá (MT), de 21 a 24/7, Curitiba (PR), de 25 a 28/8, e Vitória (ES), de 15 a 18/9. O evento nacional acontecerá em Brasília (DF), de 24 a 27 /11.

O encontro é promovido pela Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), formada por representantes do governo e da sociedade civil. A entidade é presidida por representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Extrativistas correm contra o tempo na coleta da castanha no Acre
SÍTIO GLOBO RURAL, 02.06.2014

*Excesso de chuva atrasou a safra da castanha no Acre.
Trabalho está a todo vapor e safra deve render 14,5 mil toneladas.*

O excesso de chuva atrasou a safra da castanha no Acre. Os extrativistas ainda estão na mata em busca dos ouriços.

A castanheira é uma das árvores mais imponentes da Amazônia e chega a atingir 50 metros de altura. Mesmo ameaçada de extinção pelo desmatamento ilegal, ainda garante o sustento de cerca de 10 mil famílias na região amazônica. Gente como o extrativista Domingos de Almeida./ é com esse trabalho que ele consegue manter o filho na cidade, estudando pedagogia.

Este ano, já encheu 300 paneiros, os cestos utilizados para coletar os ouriços de castanha. A retirada garantiu uma renda de sete mil e duzentos reais.

O período de safra da castanha vai de dezembro à abril. / período de chuvas aqui no acre. / mas 2014 foi um ano atípico, choveu mais do que o esperado até maio./ é por isso que o trabalho aqui ainda está a todo vapor./ 14 mil toneladas e meia. / esta é a previsão da safra deste ano no estado, que é o segundo o maior produtor da amêndoa do país.

Para garantir esse posto, é preciso também ficar de olho na qualidade, que começa na hora da coleta. / dona francisca tem todos as boas práticas de produção na ponta da língua.

E são os cuidados que dona francisca adotou que livram as castanhas de pragas e fungos como a aflatoxina.

Tudo que é coletado pelos extrativistas dentro dos seringais acreanos vai parar em três usinas de beneficiamento, como esta. / aqui as castanhas são separadas por tamanhos e espécies. / depois de descascadas são cozidas, embaladas e ganham o mundo. Cada pacote de 20 quilos custa R\$ 480 e o mercado é garantido. Os principais compradores são o Rio de Janeiro e São Paulo.



Time indígena vai à Mojuí dos Campos e encerra excursão com vitória

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 02.06.2014

Wawai Esporte Clube vence Cruzeiro por 4 a 3, no estádio Nogueirão. Diretoria espera profissionalizar indígenas ainda em 2014.

Passada a euforia de conhecer o estádio Colosso do Tapajós e a derrota para o Corinthians do Tabocal, o Waiwai Esporte Clube voltou a campo neste domingo (1), no estádio do Nogueirão, na cidade de Mojuí dos Campos. Diante do Cruzeiro, o WaiWai saiu na frente fazendo 4 a 0 com todos os gols marcados pelo atacante Bebeto. Na etapa final o time da casa reagiu e chegou a fazer três, mas já era tarde. Placar final: 4 a 3.

- Na partida contra o Corinthians, nossos atletas tiveram certo nervosismo por jogar com um time mais experiente em um estádio oficial, o que prejudicou um pouco o desempenho do grupo. No jogo com o Cruzeiro em Mojuí eles já foram mais preparados e foram para cima do adversário, mostrando com maior ênfase o seu potencial. Abrimos uma boa vantagem na primeira etapa, sentimos o cansaço por conta dos dois jogos em menos nas últimas 24 horas, mas no final conseguimos uma boa vitória- declara Edilberto Paumgarten, treinador da equipe.

Na excursão feita, pelo menos quatro atletas indígenas chamaram a atenção: o goleiro Celson, o zagueiro Edson, o atacante Bebeto, meio campista Ivaldo. Segundo o treinador o plano de ingressar no futebol profissional é ousado, mas não é impossível e que tudo deve se resolver no segundo semestre de 2014.

- Alcançamos o nosso objetivo de divulgar o time. A recepção do público foi além das nossas expectativas e temos até convites para participar de outros jogos futuramente. Houve interesse também de alguns clubes locais em nossos atletas que se destacaram e que o Waiwai aposta que podem ter uma carreira promissora. Acreditamos que até o mês de setembro todos os jogadores estejam profissionalizados e a equipe já esteja com o protocolo de filiação a Federação Paraense de Futebol (FPF) encaminhado. A partir de daí, vamos em busca de parceiros.

O Wawai Esporte Clube é da Aldeia Mapuera, uma das 18 aldeias da etnia Waiwai, localizada em Oriximiná, no oeste do Pará. Fundado em abril de 2014 o clube ganhou destaque nas competições indígenas e tem o objetivo de ingressar na segunda divisão campeonato paraense em 2015.



Shopping Della recebe exposição Indígena

SÍTIO ENGEPLUS, 02.06.2014

O Shopping Della, em Criciúma, recebe desta segunda-feira até o dia 15 de junho, no primeiro andar do empreendimento, a exposição Indígenas. Promovida pela Nova Acrópole de Criciúma a mostra integra as comemorações da Semana do Meio Ambiente propostas pela organização. A exposição apresenta detalhes da cultura indígena e a relação dos Xoklengs, índios que habitaram a região de Criciúma, com a natureza. O acesso é gratuito.

Sobre a Organização Nova Acrópole – Filosofia, Cultura e Voluntariado - é uma Organização Internacional com sede em Bruxelas (O.I.N.A.). Com 53 anos de existência, atualmente está presente em mais de 50 países e em mais de 70 cidades brasileiras. No Brasil a instituição completou 30 anos nesse ano de 2014. Suas ações são desenvolvidas com total independência de interesses políticos, religiosos ou financeiros. Promove o acesso a Cultura e o desenvolvimento de valores humanos através do voluntariado. Tem como atividade principal o Curso de Filosofia à Maneira Clássica, que apresenta uma visão eclética das tradições ocidentais e orientais, e estuda a contribuição dos grandes sábios da história para enriquecer a vida no presente e aportar na construção de um futuro melhor.

Com informações de Lene de Costa/Alfa Comunicação Empresarial



Acordos violam o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais

SÍTIO CIMI, 02.06.2014

No site do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), esta semana, se liam duas manchetes sobre a situação dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Na primeira, os Kaiowá e Guarani exigiam a demarcação imediata das terras. A segunda noticiava o trágico dado de 73 suicídios de indígenas no MS, em 2013, o maior em 28 anos.

A relação entre as duas notícias não é acidental. Os Kaiowá e Guarani reafirmam que na falta de terras se encontra a raiz do problema: confinada nas reservas superlotadas, criadas no começo do século XX, o que resta à juventude deste povo?

Há forças políticas que jantam nos salões do Planalto e que defendem a tese segundo a qual os povos indígenas não precisam de terras. No entanto, dizem os jovens Kaiowá e Guarani, "nas reservas não temos mais como caçar e pescar, não se tem mais mata, e isso facilita a entrada de drogas, bebidas alcoólicas e a violência". E concluem: "Por isso, voltaremos ao território onde temos nossa origem", completam.

É sob a luz destes dados que se entende a decisão de dona Damiana Cavanhas, uma liderança de 64 anos, de retomar, pela sexta vez, o território tradicional Apyka'i. Desde 1999, a história do Apyka'i é uma sucessão de despejos e reocupações, sempre carregadas de violência: o acampamento já foi atacado pelo menos três vezes, um senhor de 68 anos foi baleado; dois incêndios queimaram os barracos; e oito pessoas estão sepultadas no local, vítimas de atropelamentos e envenenamento por agrotóxicos. Ninguém foi responsabilizado por qualquer desses crimes.

Para que as famílias do Apyka'i tenham direito de permanecer em suas terras, justificam os juízes, será preciso que a Fundação Nacional do Índio (Funai) finalize o procedimento demarcatório. Neste ponto os indígenas e a Justiça Federal concordam: a única solução para os conflitos no Mato Grosso do Sul é a demarcação das terras. Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado em 2007 entre o órgão indigenista e Ministério Público Federal (MPF), concedia o prazo de três anos para a conclusão dos processos administrativos de identificação e delimitação das terras Kaiowá e Guarani. Passados sete anos, apenas um relatório circunstanciado foi publicado.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo se esforça para argumentar que essa demora deve-se ao "ajuste de direitos" para que os ocupantes das terras indígenas não busquem na justiça a anulação dos procedimentos demarcatórios. O governo defende que isto será alcançado pelas chamadas "mesas de diálogo" entre o poder público, os povos indígenas e os "proprietários rurais".

A proposta dessas mesas foi anunciada após os conflitos na Terra Indígena Buriti, do povo Terena, em 2013, quando o poder judiciário ordenou a reintegração de posse e uma operação de guerra foi articulada pela Polícia Federal, envolvendo a Força Nacional e Polícia Militar, para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

retirar os indígenas da área. Qual foi o resultado? Oziel Gabriel Terena assassinado pelas forças policiais. Ninguém até agora foi punido pela morte.

A “mesa” instituída após o episódio, que prometia entregar a terra indígena aos terena até dezembro de 2013, adiou mais uma vez, para julho de 2014, a posição final do governo federal quanto à proposta de indenização aos não-índios ocupantes da área.

Nesta sexta-feira, 30 de maio, os terena comemoram um ano da morte de Oziel Gabriel e o único resultado anunciado pelo ministro Cardozo, resultante deste modelo de demarcação inaugurado em sua gestão, é a redução da Terra Indígena Mato Preto, do povo Guarani, no Rio Grande do Sul, de mais de 4 mil hectares para cerca de 600 hectares.

O ministro celebrou este “ajuste de direitos” como vitória, mas não tardou para que os agricultores da região que se opõem à demarcação anunciassem que não aceitarão tampouco os 600 hectares, e que seguirão com a judicialização da demarcação.

De fato o que existe é uma “decisão de governo” de não demarcar as terras indígenas no Brasil. As ditas “mesas de diálogo” violam o direito fundamental e constitucional dos povos originários às suas terras tradicionais.

A presidente Dilma Rousseff e o ministro Cardozo “jantam” nos palácios do Planalto com líderes do latifúndio. Pelos dados de suicídios anunciados, a conta é muito cara e está sendo paga pela juventude Kaiowá e Guarani.

Cleber Cezar Buzatto, especial para o Uol



Povos indígenas de Porto Velho reivindicam acordos com Funai

SÍTIO CIMI, 02.06.2014

Povos indígenas de Porto Velho (RO) exigem criação de uma Unidade Gestora da Fundação Nacional do Índio (Funai) no município, depois que os acordos celebrados em maio foram descumpridos pela instituição. Uma carta com as reivindicações foi entregue ao Ministério Público Federal (MPF), Estadual e à Funai.

Leia o documento na íntegra:

Nós, povos indígenas do Município de Porto Velho, Karitiana, Kassupá e Karipuna, na manhã do dia 27 de maio de 2014, ocupamos a sede da CTL/Porto Velho/RO, tendo em vista o não cumprimento do acordo feito com a equipe da Funai/Brasília, (Assessoria da Presidência, Coordenação de Gestão Pessoal, Setor de Promoção Social), na data de 08 de abril, na sede da CTL/PVH.

Neste encontro com a equipe Funai/Brasília, foram discutidos os seguintes pontos:

A precariedade dos serviços da Funai/PVH: não há fiscalização dos nossos Territórios; o Posto de fiscalização na linha 61 sentido Jaci - Paraná se encontra abandonado; não há repasse de informações sobre a compensação do Santo Antonio Energia, ausência de projetos autosustentáveis, etc.

Ficou decidida nesta reunião a demolição de todo os prédios que ocupam espaço como sede da Funai/PVH e alojamentos, pois se encontram em total estado de insalubridade.

Ficou acertado também que, durante o período de construção do novo prédio, a Funai daria suporte aos povos indígenas com relação a transporte para fazer o deslocamento dos indígenas de retorno até as suas respectivas, também ficou acordado que viabilizariam um local em Porto Velho para os estudantes indígenas, uma vez que os mesmos após a demolição não teriam aonde residirem. Com relação aos indígenas que trabalham na cidade de Porto Velho e residem nos alojamentos da Funai, foi acordado que dariam um prazo até o dia 22.05.2014, tempo suficiente para encontrarem uma casa. Também foi tratada a questão dos indígenas em trânsito que se deslocam da aldeia até a cidade para venderem artesanatos, os mesmos informaram que teriam um lugar para eles.

Quanto à mudança de gestão da Funai/PVH seria feito uma avaliação e caso houvesse necessidade de uma alteração no quadro de funcionários/servidores, nós povos indígenas seríamos consultados.

A data limite para desocupação do prédio ficou estipulada para o dia 22 de maio deste ano, mas a desocupação total não aconteceu, em virtude de falta de informação referente aos quesitos formais que foram acordos e também a falta de apoio da FUNAI/BSB, por esses e outros motivos até o momento nada foi concretizado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

No dia 27 de maio, tivemos acesso a portaria número 512 e 514 mencionando que o Sr. Maury da Silva Lima e Ademir Custódio Ferreira foram nomeados para exercerem o cargo em comissão de chefe, código DAS 101.1 da Coordenação Técnica Local em Porto Velho/RO sem qualquer consulta a nós indígenas.

Nós, povos indígenas repudiamos esta atitude e não aceitamos estes nomes acima nomeados para a coordenação da CTL/PVH.

Nossa reivindicação neste momento se baseia em que nada foi cumprido do acordo feito na reunião de 24 de abril de 2014 com a equipe Funai/Brasília e lideranças indígenas.

Portanto exigimos:

A criação de uma Unidade Gestora em Porto Velho, desvinculada de Ji-Paraná, com condições de trabalho e descentralização de recursos que atendam as necessidades das comunidades indígenas de curto, médio e longo prazo.

E que os cargos de coordenadores das CTL's desta Unidade Gestora sejam indicados e aprovados pelos indígenas.

Que o Comitê indígena faça parte de todas as decisões referentes às mudanças que ocorrerem nesta Coordenação Técnica Local.

Que a demolição e construção dos prédios da Funai/PVH e alojamentos sejam iniciadas imediatamente, logo após a saída dos estudantes indígenas para outro alojamento fornecido pela Funai.

O projeto arquitetônico desta construção deve ser apresentado e aprovado por nós indígenas da região de Porto Velho.

Que o retorno destas reivindicações nos sejam dadas até 09 de junho de 2014, caso contrário ocuparemos o prédio da Funai/PVH e tomaremos outras medidas responsabilizando a própria Funai pelo que pode vir a ocorrer.

Com cópia para:

Ministério Público Federal

Ministério Público Estadual

Funai/Brasília



Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) cobra atenção aos povos indígenas
SÍTIO O NORTÃO, 02.06.2014

O senador Acir Gurgacz (PDT) cobrou no plenário do Senado mais atenção ao indígenas de Guajará-Mirim/RO.



O senador Acir Gurgacz (PDT) cobrou no plenário do Senado e diretamente na Coordenação Geral de Articulação da Atenção à Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, mais atenção ao indígenas de Guajará-Mirim.

Os índios Wari, de seis aldeias, reclamam do mal atendimento e funcionamento da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), da falta de medicamentos, da demora nas consultas, do transporte escolar e para escoamento da produção agrícola e artesanatos, e da falta de infraestrutura na Casa de Saúde Indígena (Casai), entre outros problemas.

Não bastassem todos estes descasos, as fortes inundações do inverno amazônico, deixaram mais de 250 famílias indígenas sem suas roças e casas, e isoladas por mais de 90 dias. "Pouco está sendo feito, no sentido de atender estas famílias", frisou Acir. Somente em meados de abril, as famílias desabrigadas foram cadastradas pela Defesa Civil, sendo repassadas as cestas básicas à Funai, sem que, até o momento, elas tenham chegado às famílias indígenas atingidas pelas inundações.

Diante destes descasos, os indígenas se mobilizaram e chegaram a ocupar o escritório da coordenação local da Funai, porém, sem resultados concretos, ameaçam novas manifestações,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

o que está criando um clima de hostilidade. "Para evitar o conflito, basta que o poder público respeite o direito dos índios e atenda suas necessidades básicas. Eles não estão reivindicando nada de extravagante, apenas querem que seus direitos constitucionais sejam cumpridos e mais atenção e recursos para a produção agrícola e de artesanato", frisou Acir.

Na quinta-feira, o senador Acir Gurgacz recebeu em seu gabinete os vereadores de Guajará-Mirim e os dois representantes das comunidades indígenas do povo WARI, o vereador Arão Wao Hara e o vereador Nham-Pá Oro Win.

Guajará-Mirim concentra a maior parte da população indígena de Rondônia. No entanto, as aldeias estão situadas a grandes distâncias da sede do município. Das seis terras indígenas existentes no município, em apenas duas o acesso se dá por terra. As demais são as mais populosas e o transporte ocorre apenas pelo rio. Por falta de manutenção, os barcos da Funai não existem mais e os indígenas utilizam suas canoas, que nem sempre são seguras para o transporte. Esta situação causa problemas tanto para o escoamento da produção agrícola e o artesanato, como para o acesso às escolas e aos postos de saúde.

Autor: Assessoria

Fonte: O Nortão

Couto diz que continuará lutando para que índios e quilombolas sejam respeitados
SÍTIO PARAIBA.COM, 02.06.2014



O deputado Luiz Couto (PT) recebeu no seu gabinete, em Brasília, representantes do movimento quilombola do Brasil que, na sexta-feira (30/5), participaram de mais um dia de protestos na Esplanada dos Ministérios.

Eles entregaram ao parlamentar um documento e uma Nota de Repúdio à comissão instalada da PEC 215, proposta que transfere para o Congresso Nacional a competência de aprovar a demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e terras dos quilombolas, que hoje são de competência do poder executivo.

Os quilombolas pediram apoio para que se agilize os títulos das terras e empenho na derrubada da referida PEC.

Luiz Couto disse que votará contra a proposta e assegurou que continuará lutando para que os direitos dos quilombolas e também dos índios sejam respeitados.

Confira 'nota de repúdio à comissão instalada da PEC 215':

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), os povos Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Yanomami, Wai-Wai, Sapará, Patamona, Yekuana e Taurepang, comunidades, lideranças e organizações indígenas, com um único sentimento de muita preocupação e revolta que se alia aos demais povos indígenas do Brasil, vem afirmar o REPÚDIO à Comissão Instalada da PEC 215, articulada pela Bancada Ruralista e acatada pelo presidente da Câmara dos Deputados Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), da base aliada do governo federal, no dia 10 de setembro de 2013. O objetivo da PEC 215 é transferir para o Congresso Nacional a competência de

CONT.



aprovar a demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e terras dos quilombolas, que hoje são de competência do poder executivo.

No cenário atual o Congresso Nacional não é casa confiável para tratar sobre direitos dos povos indígenas e humanos. A proposta de Emenda Constitucional 215 é defendida pelos ruralistas e seus grupos de aliados. Todo esse pessoal são aqueles que votam a favor das grandes obras dentro ou no entorno das terras indígenas e populações tradicionais, como a construção da Hidrelétrica nas Corredeiras do Bem Querer no Rio Branco (patrimônio registrado pelo IPHAN), Cachoeira do Tamanduá no Rio Cottingo, patrimônio dos povos indígenas na Raposa Serra do Sol, Belo Monte e todos os planos malditos do agronegócio, que com toda força estão tentando assumir o Parlamento com exclusão da população brasileira e definir, como sempre fazem, no calar da noite, às escondidas, o futuro de nossas gerações. Todo o avanço de conquista de direito tem marcado, ao mesmo tempo, momentos de agonia, decepção e sofrimento, que parecem estar longe de acabar.

Nós povos indígenas de Roraima vivemos na Amazônia e estamos num momento cada vez mais difícil para dialogar com os ditos governantes desse país. Em tudo que está ocorrendo no cenário atual, tem sido visível o desrespeito aos nossos direitos e as violações que cada vez mais crescem. A PEC 215 é uma guerra declarada dos ruralistas e agronegócio contra os povos indígenas, e por isso as riquezas dos nossos territórios não estão em negociação e nem serão entregues para interesses econômicos e políticos recheados de corrupção e afronta à Constituição Federal de 1988.

Mais uma vez o governo atual demonstrou que não tem comando para governar o Brasil, pois o Deputado Henrique Alves (PMDB), do partido do vice-presidente, atendeu interesses em que segundo a mídia o governo atual é contra.

Então, essa falsidade teve pernas curtas e agora o governo federal é responsável direto pelas violências que ocorrerão daqui para frente contra os povos indígenas. Em nome do "desenvolvimento", o futuro dos direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais se encontra mais vez massacrado.

A todos os povos indígenas, populações tradicionais e nação brasileira solicitamos união, e que defendamos com veemência a Constituição Federal de 1988, se hoje os parlamentares federais violam os direitos à vida, no futuro esse mesmo ato irá continuar se nós deixarmos.

NÃO À PEC 215 E SEUS DEFENSORES!

Boa Vista-RR, 11 de setembro de 2013.

Coordenação Geral do Conselho Indígena de Roraima – CIR

Assessoria



Ribeirinhos buscam alternativas para enfrentar a cheia no AM

SÍTIO A CRÍTICA, 02.06.2014

A criatividade para driblar os efeitos da enchente é a 'arma' principal dos ribeirinhos que enfrentam todos os anos cheias e secas extremas do rio Madeira

MONICA PRESTES

A casa da família de Andreza Mar Cabral, construída a um nível bem mais alto que as vizinhas, é a única na região do rio Madeira, em Novo Aripuanã, que não foi alagada

A casa da família de Andreza Mar Cabral, construída a um nível bem mais alto que as vizinhas, é a única na região do rio Madeira, em Novo Aripuanã, que não foi alagada (Bruno Kelly)

Em tempos de cheias e secas extremas, a criatividade ribeirinha é testada e revela um "jeitinho caboclo" para contornar os problemas que surgem com vazantes e enchentes recordes, como a registrada este ano no rio Madeira. E essas alternativas não se restringem a fazer a colheita nas plantações alagadas usando canoas. Elas vão desde a mudança de rotinas e culturas nas plantações até a elevação dos assoalhos das casas, as chamadas marombas.

Mas o que fez a casa da família de Andreza Mar Cabral, 22, ser a única da região do rio Madeira, em Novo Aripuanã, não invadida pela água não foi uma simples maromba. O pai dela construiu a casa com o assoalho mais alto entre todas as comunidades, iniciativa que rendeu a ele muitas críticas e brincadeiras nas últimas décadas, mas a recompensa de não ter que sair de casa durante a cheia deste ano.

O esforço extra para subir as escadas durante a vazante durante todos esses anos valeu a pena, conta Andreza. "Meu pai conta que, depois da cheia de 1997, que deixou nossa casa debaixo d'água, ele decidiu subir bastante o assoalho. As pessoas riam dele e perguntavam onde ele queria chegar com um assoalho tão alto, mas este ano a nossa foi a única casa que não alagou. A água chegou no último degrau. Um transtorno a menos para nós", relatou.

Entre quem precisou sair de casa, muitas famílias, como a do agricultor Raimundo Queiroz Filho, 58, adaptaram embarcações para viverem durante a cheia. Quartos, sala, cozinha, banheiro, tudo embarcado. "A gente vai dando um jeitinho pra tocar a vida enquanto a água não baixa", conta ele.

Até as balsas de garimpo, comuns na região do rio Madeira, viraram abrigo para famílias que tiveram as casas alagadas. Nelas, eles improvisaram cozinhas e até dormitórios, com as redes.

Há também os que perderam as plantações, mas agora se dedicam a salvar mudas das espécies que tinham e construir viveiros em flutuantes, seja para vender aos demais

CONT.



agricultores, seja para recomençar um plantio, após a vazante. São mudas de maniva, macaxeira e, principalmente, banana.

Estratégia

Agricultor e morador da comunidade Zé João, na zona rural de Novo Aripuanã, Francinal Coelho, 36 estuda um "jeitinho" de retomar as plantações sem a ameaça de uma grande cheia no próximo ano. E a estratégia adotada por ele deverá ser mudar a cultura, de cacau e banana, para mamão e melancia, que permite a colheita em três meses. Antes, portanto, da próxima cheia. "A natureza está mudando e nós temos que mudar com ela. É o jeitinho que o caboclo tem pra continuar vivendo aqui".

Sonhos adiados pela cheia recorde

A cheia do rio Madeira destruiu mais do que plantações e casas. Ela também afetou planos como o da estudante Andreza Mar Cabral, 22, que terá que adiar o sonho de cursar uma faculdade de Educação Física por conta do rastro de prejuízo deixado pela enchente.

É que a família dela, que vive na comunidade Santa Rosa 1, na zona rural de Novo Aripuanã, investiu em uma plantação de macaxeira para custear os estudos de Andreza e da irmã na cidade, mas com o roçado alagado e destruído, elas não têm como pagar pelo curso nem se manter fora dali.

"Meu sonho é me formar professora de Educação Física e dar aula na escola da comunidade, por isso meu pai plantou macaxeira, para poder pagar pelo nosso estudo. A plantação estava muito bonita, mas veio a cheia e levou tudo. Não sobrou nada. O sonho da faculdade vou ter que adiar", lamentou.

Andreza e a irmã não foram as únicas a terem que deixar sonhos de lado por conta da cheia. Um primo dela, que estuda Pedagogia e custeia a faculdade com a venda de bananas, decidiu deixar a comunidade e "tentar a sorte" na cidade. "Ele foi procurar um emprego para pagar a faculdade, porque além da macaxeira, as plantações de banana, maracujá, cacau e pimenta de cheiro ficaram destruídas", relatou.

Doenças 'do período' preocupam

Uma das maiores preocupações de ribeirinhos e do poder público durante a cheia, para a qual não se "dá um jeitinho", é a saúde. Doenças diarreicas, leptospirose e hepatite A são algumas "típicas" do período chuvoso na Amazônia.

Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde apontam que, nos primeiros quatro meses do ano, foram registrados mais de 49 mil casos de diarreia no Estado. Já os casos de leptospirose, segundo a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), foram mais de 50 em três meses.

Outro problema é a desatualização das carteiras vacinais, segundo a coordenadora do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

programa Primeira Infância Ribeirinha, da Fundação Amazonas Sustentável (FAS), Rhamilly Amud. "Quase 100% das crianças têm vacinas atrasadas".

Rhamilly coordenou uma ação da FAS em comunidades ribeirinhas afetadas pela cheia do rio Madeira, na última semana. Ao todo, mais de 280 crianças foram vacinadas em, pelo menos, dez comunidades. A ação ainda distribuiu filtros de água e hipoclorito para os moradores.

A agricultora Isabel Farias, 24, aproveitou para levar os filhos para serem vacinados. "O posto de saúde mais perto fica a uma hora e meia daqui de rabeta, e debaixo de chuva com as crianças é difícil".



MPF/AP ajuíza ação em defesa das comunidades quilombolas

SÍTIO PGR, 02.06.2014

Objetivo da instituição é assegurar a integridade territorial e étnica dos remanescentes

Áreas objeto de regularização fundiária quilombola devem ser averbadas e inscritas no Cartório de Registro de Imóveis. A providência deve ser tomada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (Imap) em relação a processos que tramitem nos órgãos. Esse é um dos pedidos em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em trâmite na 2ª Vara da Justiça Federal. O objetivo da instituição é assegurar a integridade territorial e étnica dessas comunidades.

O MPF/AP pede também que a União Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, abstenha-se de promover demarcação, por meio do Programa Terra Legal, em território ocupado por remanescentes de quilombo no Estado. Os órgãos devem emitir relatórios de inspeção acerca da precária situação a que estão submetidas as comunidades quilombolas. É pedida ainda a realização de oficinas nas comunidades com o objetivo de promover a identidade étnica e cultural, bem como a reafirmação de direitos da comunidade quilombola.

A ação teve origem em inquéritos civis existentes na Procuradoria da República no Amapá (PR/AP) e em audiência pública realizada pela instituição no ano passado. "O evento evidenciou a gravidade da situação e o quanto a omissão do poder público afigura-se como fator de desagregação da comunidade e contribui para o agravamento dos conflitos internos e externos", pontua o procurador da República Camões Boaventura.

No Amapá, existem 33 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Somente quatro delas são tituladas: Curiaú, Conceição do Macacoari, Mel da Pedreira e São Raimundo do Pirativa. Tramitam na Superintendência do Incra, 23 processos voltados à regularização fundiária quilombola. Quatorze foram abertos há mais de cinco anos. Outros cinco aguardam solução há aproximadamente uma década.

Na Procuradoria da República no Amapá, há 20 inquéritos civis com o objetivo de apurar conflitos de injustiça ambiental. Parte deles acompanha os procedimentos de regularização fundiária junto ao Incra. "A grande maioria das comunidades não dispõe sequer de itens básicos, quais sejam posto de saúde, escola, condições para desenvolver atividades agropecuárias ou extrativismo", reforça o procurador da República.

Indenização – Na ação, o MPF/AP pede que os órgãos sejam condenados ao pagamento de R\$10 milhões por danos morais coletivos. A indenização deve ser depositada em conta específica vinculada à Justiça. Neste caso, a Fundação Cultural Palmares vai coordenar a aplicação do dinheiro em políticas públicas em benefício destas comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

Número do processo para pesquisa: 0006890-11.2014.4.01.3100

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Amapá
(96) 3213 7815
prap-ascom@mpf.mp.br
Twitter: @MPF_AP



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

Articulação das CPT's do cerrado se reúnem com deputados para discutir a PEC do Cerrado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.06.2014



A articulação das CPT's do cerrado, reunida em Luziânia (GO) nos dias 2 e 3 de junho, irá realizar amanhã (3), a partir das 10h00, na Câmara dos Deputados na sala 143, uma reunião para discutir a mobilização em torno da aprovação da PEC 504/2010, que inclui o Cerrado e a Caatinga como Patrimônio Nacional.

Esta PEC foi apresentada com o número 115/95 pelo Deputado Federal Pedro Wilson, PT/GO. Várias iniciativas foram feitas: coleta de assinaturas, atividades na Câmara dos Deputados. Em 2013 a PEC foi colocada na Pauta de votação pelo Deputado Amauri Teixeira PT/BA.

Segundo a coordenadora nacional da CPT, Isolete Wichinieski, "a última atividade em relação à PEC foi a sua aprovação pela Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Mas como bem sabemos até entrar na pauta de votação é um processo relativamente longo. Por isso decidimos organizar essa reunião com deputados e entidades parceiras, com objetivo de discutir a viabilidade e as estratégias para que a PEC entre na pauta de votação".



Jovens índios participam de audiência e de exposição

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 03.06.2014

Trabalhos de oficina de fotografia no Alto Rio Solimões, retratando sete povos da Amazônia, começam a ser exibidos hoje no Senado. Também hoje, comissão debate situação de adolescentes indígenas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje, às 14h, a situação de crianças e adolescentes indígenas da Amazônia. A audiência, solicitada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ana Rita (PT-ES), foi proposta pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Além da audiência, começa hoje no Senado a exposição fotográfica EyeSee — ver o mundo pela fotografia, parceria entre o Unicef e o setor privado.

A exposição, que ficará no Espaço Ivandro Cunha Lima, no Senado, é resultado da oficina de fotografia com jovens indígenas do Alto Rio Solimões, realizada em Tabatinga (AM). Sete povos indígenas foram retratados pelos jovens das aldeias, que virão ao Senado participar do lançamento da mostra.

O objetivo do evento é dar visibilidade às desigualdades que impactam sobre as populações indígenas da Amazônia.

— Há uma tripla exclusão: étnica, por serem indígenas; de classe, por serem pobres; e geracional, por serem jovens, que pode ser até pior se são mulheres — disse Gary Stahl, representante do Unicef.

Segundo Stahl, a audiência será um momento importante para que os próprios jovens e adolescentes indígenas

— estarão presentes sete, do Acre, do Amazonas e de Roraima — falem de suas histórias e desafios, buscando mostrar aos parlamentares a importância de ouvir esses grupos.

Para o Unicef, a audiência é um momento estratégico para produzir informação e análise que contribua para uma maior visibilidade dos temas relacionados aos direitos de adolescentes e jovens da Amazônia no Senado, gerando canais de diálogo e participação dos adolescentes com senadores e sugerindo prioridades legislativas.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)



Acir cobra atenção aos povos indígenas de Guajará-Mirim

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 03.06.2014

Não bastassem todos estes descasos, as fortes inundações do inverno amazônico deixaram mais de 250 famílias indígenas sem suas roças e casas, e isoladas por mais de 90 dias. "Pouco está sendo feito, no sentido de atender estas famílias", frisou Acir.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou no plenário do Senado e diretamente na Coordenação Geral de Articulação da Atenção à Saúde Indígena, do Ministério da Saúde, mais atenção ao indígenas de Guajará-Mirim. Os índios Wari, de seis aldeias, reclamam do mal atendimento e funcionamento da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), da falta de medicamentos, da demora nas consultas, do transporte escolar e para escoamento da produção agrícola e artesanatos, e da falta de infraestrutura na Casa de Saúde Indígena (Casai), entre outros problemas.

Acir com representantes das comunidade indígenas do povo WARI e os vereadores Arão Wao Hara e Nham-Pá Oro Win.

Não bastassem todos estes descasos, as fortes inundações do inverno amazônico deixaram mais de 250 famílias indígenas sem suas roças e casas, e isoladas por mais de 90 dias. "Pouco está sendo feito, no sentido de atender estas famílias", frisou Acir.

Diante destes descasos, os indígenas se mobilizaram e chegaram a ocupar o escritório da coordenação local da Funai, porém, sem resultados concretos, ameaçam novas manifestações, o que está criando um clima de hostilidade. "Para evitar o conflito, basta que o poder público respeite o direito dos índios e atenda suas necessidades básicas. Eles não estão reivindicando nada de extravagante, apenas querem que seus direitos constitucionais sejam cumpridos e mais atenção e recursos para a produção agrícola e de artesanato", acrescentou o senador.



Indígenas invadem aérea do Iapar em Itaipulândia

SÍTIO RÁDIO EDUCADORA/PR, 03.06.2014

A base náutica de Itaipulândia foi invadida por índios na semana passada.

Segundo o secretário especial de Assuntos Fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli, uma divergência dentro da tribo em Santa Helena ocasionou a migração de 44 pessoas.

O local escolhido para montar um novo acampamento foi às terras do Iapar em Itaipulândia. A justificativa da tribo foi de que o espaço cedido em Santa Helena era muito pequeno e já não atendia as necessidades dos moradores.

Segundo testemunhas, um caminhão fez o transporte dos índios de Santa Helena até Itaipulândia.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura de Itaipulândia, a ação não foi acordada entre os dois municípios.

Além disso, a assessoria informou que o prefeito de Itaipulândia, Miguel Bayerle, pediu na tarde de ontem, o afastamento do Conselho dos Municípios Lindeiros.

Bayerle confirma a desfiliação, e aponta o desinteresse do Conselho em discutir questões que abrangem os 16 municípios de fronteira.

Segundo Bayerle, quando se sente que não há o interesse em discutir problemas como o que aconteceu com os indígenas, não há por que continuar fazendo parte do Conselho.

O prefeito ainda comenta que a chegada dos índios foi uma surpresa, e que no mesmo momento, entrou em contato com o Iapar e os avisou da invasão.

Na próxima semana, a Procuradoria do Estado do Paraná, a Funai e a secretaria de Assuntos Fundiários irão até Itaipulândia para tentar uma permuta da área onde estão os índios, já que o espaço pertence ao Estado.

(O Paraná)



Projeto cultiva hortas em área indígena

SÍTIO O PARANÁ, 03.06.2014

Uma parceria da Cantuquiriguaçu com a Ecocataratas, Sebrae e prefeitura vai dotar área indígena de Nova Laranjeiras de um programa voltado à produção de hortaliças. As duas hortas comunitárias, dotadas de viveiros de mudas, fazem parte de um projeto iniciado no ano passado, mas que, devido a alguns imprevistos, está em finalização somente agora.

De acordo o técnico agrícola do Sebrae, Dimorvan dos Santos, com os viveiros os indígenas terão condições de produzir hortaliças para o consumo próprio e comercialização. O projeto tem como meta a produção de alface, repolho, batata-doce, couve, brócolis, pimentão, maracujá, erva-mate, mandioca, entre outros. "Embora recente, mas já em curso em alguns municípios, a parceria conquistou prêmio da Fundação Banco do Brasil em tecnologia social", segundo Dimorvan.

Questões sociais

O presidente da Cantuquiriguaçu, o prefeito de Quedas do Iguaçu, Edson Prado, lamentou que o projeto tivesse ficado parado por tanto tempo por falta de melhor entendimento entre as partes. "Existem muitas questões sociais que precisamos trabalhar pelos indígenas para amenizar ou evitar conflitos nas rodovias. As hortas certamente serão uma das ações de suma importância às aldeias". O prefeito de Nova Laranjeiras, José Lineu Gomes, também está otimista com os resultados.



Estado propõe soluções após indígenas invadirem base náutica

SÍTIO O PARANÁ, 03.06.2014

Procuradoria, Funai e secretaria de Assuntos Fundiários buscam uma permuta para área

Uma base náutica foi invadida por índios ainda na semana passada em Itaipulândia. Segundo o secretário especial de Assuntos Fundiários do Paraná, Hamilton Serighelli, uma divergência dentro da tribo em Santa Helena ocasionou a migração de 44 pessoas. O local escolhido para montar um novo acampamento foram as terras do Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná). "Este pessoal está em uma área do Estado. Portanto, podemos ter paciência para solucionar esta questão", relata Serighelli. A justificativa da tribo foi de que o espaço cedido em Santa Helena era muito pequeno e já não atendia as necessidades dos moradores.

Segundo testemunhas, o prefeito de Santa Helena, Jucerlei Sotoriva (PP), cedeu um caminhão para que os índios pudessem se deslocar até o município limdeiro e provocar a invasão. Um motorista da prefeitura levou-os até Itaipulândia.

De acordo com a assessoria de imprensa da prefeitura, o flagrante demonstra que esta ação não foi acordada entre as duas cidades. Além disso, a assessoria informou que o prefeito de Itaipulândia, Miguel Bayerle (PR), pediu, na tarde de ontem, o afastamento do Conselho dos Municípios Lindeiros. Bayerle confirma a desfiliação, e aponta o desinteresse do Conselho em discutir questões que abrangem os 16 municípios de fronteira. "Quando se sente que não há o interesse em discutir problemas como o que aconteceu com os indígenas, não há por que continuar fazendo parte do Conselho. Por isso, Itaipulândia pediu o afastamento", relata. O prefeito ainda comenta que a chegada dos índios foi uma surpresa, e que no mesmo momento, entrou em contato com o Iapar e os avisou da invasão.

Na próxima semana, a Procuradoria do Estado do Paraná, a Funai (Fundação Nacional do Índio) e a secretaria de Assuntos Fundiários irão até Itaipulândia para tentar uma permuta da área onde estão os índios, já que o espaço pertence ao Estado.



Comissão de Agricultura da Câmara debate revogação de convenção da OIT sobre povos indígenas e tribais
SÍTIO ECODEBATE, 03.06.2014

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural debate nesta terça-feira (3) a revogação do Brasil à subscrição da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção determina que todas as medidas legislativas que afetem povos indígenas ou povos tribais devem ser precedidas de consulta. O debate foi proposto pelo deputado Paulo Cesar Quartiero (DEM-RR).

Para Quartiero, a norma no intuito de defender os interesses dos povos indígenas e as aspirações dos mesmos em assumir o controle de suas instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, fere as normas constitucionais pertinentes a direito econômico, tributário e diretamente a soberania nacional.

Segundo o parlamentar, a convenção obteve pouca ratificação pelos países soberanos, sendo eles de potencial econômico maior ou menor. No entanto, acrescenta, por falta de maior estudo ou conhecimento a Convenção 169 da OIT, a convenção tramitou nas casas legislativa e obteve status de Decreto.

“No entanto como seu próprio texto no artigo 39 concede o direito do Brasil denunciar a Convenção ao final de um período de dez anos, contados da data de entrada em vigor, prazo que se completa neste ano de 2014, o que possibilita sua revisão total ou parcial, necessário que o referido Decreto seja revisado pelas casas legislativa”, conclui.

Foram convidados:

- o assessor da Seção de Políticas Setoriais da Subchefia de Política e Estratégia do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Coronel Rodrigo Martins Prates;
- o ministro Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado;
- o oficial da Reserva das Forças Armadas, Gen. Maynard Marques de Santa Rosa;
- o jornalista e escritor, Lorenzo Carrasco; e
- o antropólogo, Edward Mantoanelli Luz.

O debate será realizado às 14h30, no plenário 6.

Da Redação- RL

Fonte: Agência Câmara de Notícias



Exposição lembra história e cultura indígenas no Museu Câmara Cascudo

SÍTIO BLOG WLLANA DANTAS, 03.06.2014

O Museu Câmara Cascudo (MCC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), recebe, a partir de 10 de junho, a exposição itinerante “Índios: Os Primeiros Brasileiros”. A mostra propõe um passeio pela história do Brasil, ao assinalar as diferentes formas pelas quais os indígenas foram vistos e incorporados ao processo de construção nacional.

Com foco na região Nordeste, a iniciativa é integrada por quatro espaços distintos – o primeiro encontro, o mundo colonial (a história que se pode ler nos livros e documentos), o mundo indígena (outra narrativa) e o Brasil contemporâneo (com suas lutas e desafios).

“Índios: Os Primeiros Brasileiros” oferece ao público imagens e informações de natureza histórica, apresentando culturas indígenas como algo vivo e dinâmico, e propicia identificações positivas com tais coletividades.



MP discute abuso de álcool e drogas em aldeia indígena em Laranjeiras do Sul
SÍTIO REDE SUL DE NOTÍCIAS, 03.06.2014

* Por Rogério Thomas, com assessoria

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos – Área das Comunidades Indígenas e a 2.^a Promotoria de Justiça de Laranjeiras do Sul promovem na sexta-feira (06), um encontro para debater formas de prevenir casos de violência doméstica e de abuso ao consumo de álcool e outras drogas na Terra Indígena Rio das Cobras. A “Roda de Conversa” terá início às 9 horas, na escola da aldeia-sede da Terra Indígena Rio das Cobras. O evento será realizado em parceria com o Núcleo Regional da Secretaria da Educação. Participarão do debate membros do Ministério Público e lideranças das dez aldeias da região, além de pais e alunos.

A realização da “Roda de Conversa” foi definida durante a última reunião organizada pelo CAOP e pela Promotoria, no Fórum de Laranjeiras do Sul, em 20 de maio. Naquela oportunidade, participaram da reunião o promotor de Justiça Guilherme de Barros Perini, representantes do CAOP, do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, do Departamento de Diversidade da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, da Polícia Militar, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social de Nova Laranjeiras, além do cacique e vice-cacique da Terra Indígena. Entre os temas abordados, foram destacados pelos participantes: violência doméstica, importância da proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes e temas relacionados ao combate do abuso do álcool e ao uso de substâncias entorpecentes.

A Terra Indígena Rio das Cobras conta com 10 aldeias situadas numa área de aproximadamente 18,6 mil hectares, totalmente demarcadas pelo governo federal, abrangendo área territorial dos municípios de Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras, abrigando uma população aproximada de 3 mil indígenas das etnias kaingang e guarani.



Ruralistas querem revogar conquista internacional das comunidades tradicionais
SÍTIO DESACATO, 03.06.2014

A Audiência pública foi requerida por Paulo Cezar Quartiero, Deputado Federal (DEM) ruralista denunciado pelo Ministério Público Federal por crimes cometidos contra indígenas em Roraima, principalmente durante o processo de desocupação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em 2008. Neste período Quartiero chegou a ser preso acusado de posse ilegal de artefato explosivo e formação de quadrilha. O deputado responde ou já respondeu por pelo menos seis ações penais na Justiça Federal.

Foram convidados para a audiência pública Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado da Defesa, Luiz Alberto Figueiredo Machado, ministro de Estado das Relações Exteriores, General Maynard Marques de Santa Rosa, Oficial da Reserva das Forças Armadas, Lorenzo Carrasco, e o antropólogo Edward Mantoanelli Luz.

A Convenção 169 da OIT é uma conquista internacional dos povos indígenas e demais comunidades tradicionais cujas condições sociais, culturais e econômicas apresentam significativas diferenças quanto a outros setores da coletividade nacional. Vigente no Brasil desde 2004, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional, a convenção garante a indígenas, quilombolas e povos tradicionais importantes direitos, como o direito à terra, à saúde, educação, a condições dignas de emprego e o direito fundamental de serem consultados sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Para Fernando Prioste, advogado popular e o coordenador da Terra de Direitos, a iniciativa ruralista é um claro ataque a indígenas, quilombolas e povos tradicionais que lutam pela efetivação de direitos. "Muitos dos direitos previstos na convenção já estão assegurados em outras normas, inclusive na Constituição Federal. Contudo, existem direitos específicos que podem sofrer grandes retrocessos, como o direito de Consulta Livre, Prévia e Informada, além do direito à terra para povos e comunidades tradicionais".

O advogado aponta que o princípio da proibição do não retrocesso social é um dos principais fundamentos contra a revogação da Convenção 169 da OIT no Brasil, já que os direitos assegurados por esse instrumento normativo são essenciais para a sobrevivência digna de indígenas, quilombolas e povos tradicionais. "Se de um lado o Governo Federal não tem atuado para assegurar a realização de direitos dos povos do campo e da floresta, por outro os ruralistas tentam derrubar as poucas leis que reconhecem direitos".

Investida ruralista

A iniciativa ruralista faz parte de um pacote de medidas com o objetivo de retirar direitos fundamentais dos povos do campo e da floresta. Entre as tentativas de retrocesso está a Proposta de Emenda à Constituição – PEC 215, que visa transferir a competência da União na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

demarcação das terras indígenas para o Congresso Nacional, possibilitar a revisão das terras já demarcadas e mudar critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas.

Também afetando diretamente os povos indígenas, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU) quer restringir os direitos constitucionais dos índios e afronta tratados internacionais com a Convenção 169 da OIT, especialmente no que diz respeito à Consulta Prévia, Livre e Informada, e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

As comunidades quilombos têm seu direito à terra questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo partido Democratas (DEM) em 2004, contra o Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas. A ADI teve o primeiro julgamento no Supremo Tribunal Federal-STF em 2012, quando o Ministro Relator Cesar Peluso votou pela inconstitucionalidade. Outros dez ministros do Supremo Tribunal Federal ainda deverão votar, por isso não é possível afirmar a posição do STF acerca do tema.

Em dezembro de 2014 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu pela constitucionalidade do Decreto.

Fonte: MST.



MPF quer garantir serviço de saúde aos índios de Mato Castelhana

SÍTIO O NACIONAL, 03.06.2014

Prefeitura tem prazo de 15 dias para elaborar um plano de aplicação dos recursos repassados pelo Estado para atendimento da comunidade indígena Kaingang

O Ministério Público Federal em Passo Fundo ajuizou Ação Civil Pública (ACP) para que o município de Mato Castelhana seja obrigado a utilizar os recursos repassados pelo Estado do Rio Grande do Sul em prol do serviço público de saúde para as comunidades indígenas Kaingang, situadas às margens da BR 285. Segundo a procuradora da República Fernanda Alves de Oliveira, o ajuizamento se fez necessário em virtude da recusa do município em dar a devida destinação à verba repassada pelo Estado por força da Portaria nº 41/2013, que já soma R\$ 44 mil.

Para o MPF/RS, ao se negar a utilizar a verba, o município está descumprindo seu papel de contribuir para que seja prestado um serviço público diferenciado de saúde aos indígenas, o que acaba trazendo riscos ao bem estar e à integridade daqueles que necessitam de atendimento médico na própria aldeia ou de transporte até os estabelecimentos de saúde da região. "E aparentemente a má vontade política se deve a um tipo de preconceito velado, porque, ao entender que, não havendo terra indígena oficialmente reconhecida em Mato Castelhana, os índios ali residentes não teriam direito a um tratamento diferenciado na área de saúde, parece que, em verdade, o município tenta (de forma absolutamente inútil – frise-se) anular ou disfarçar uma realidade que insiste em bater à sua porta: a presença de indígenas em seu território desde pelo menos o ano de 2005, quando eles iniciaram a retomada de suas terras naquele local", destaca a procuradora.

Diante de tal situação, o MPF/RS requer que o município de Mato Castelhana seja obrigado a elaborar no prazo de 15 dias, em conjunto com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e com a 6ª Coordenadoria Regional de Saúde, o plano de aplicação dos recursos repassados por força da citada portaria estadual e a promover a sua execução imediata, otimizando a prestação de serviços de saúde aos indígenas. Caso o prazo não seja respeitado, pede que seja aplicada multa no valor de R\$ 2 mil por dia de atraso.

Livro resgata instrumentos indígenas

SÍTIO O LIBERAL, 03.06.2014

SOM: Lançada na Feira do Livro, a obra seleciona 38 artefatos musicais



A XVIII Feira Pan-Amazônica do Livro trouxe aos leitores um resgate dos instrumentos musicais produzidos pelos indígenas da Amazônia brasileira através do lançamento do aguardado livro "Instrumentos Musicais Indígenas: a arte e a Coleção Etnográfica Curt Nimuendaju do Museu Paraense Emílio Goeldi", realizado em parceria entre a Fundação Carlos Gomes, o Museu Paraense Emílio Goeldi e a Imprensa Oficial do Estado. De autoria dos pesquisadores Edir Lobato Duarte e Maria das Graças Santana da Silva, o trabalho levou 25 anos para ser concluído.

O livro apresenta uma seleção de 38 instrumentos musicais de diversos povos indígenas da região citada, e conta que os primeiros estudos sobre música brasileira remontam a relatos de viajantes naturalistas e etnógrafos como Spix e Martius, Alfred Russel Wallace, Theodor Koch-Grünberg e Curt Nimuendaju durante os séculos XIX e XX. Nessa época, segundo os pesquisadores, foram constituídos os primeiros arquivos fonográficos, como os de Berlim, por exemplo. No Brasil, instituições dessa natureza também se formaram, a exemplo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

O livro descreve instrumentos como os maracás, das etnias Tukano e Tiriýó; a buzina de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

taboca das etnias Urubu Kator e Munduruku; o chocalho de casco da etnia Machacai; a Flauta de Taboca da etnia Aruá e uma flauta de osso, de etnia não identificada, entre outros. Curt Nimuendaju foi o primeiro a organizar a coleção etnográfica do Museu Goeldi em um catálogo, em 1921. Alguns dos instrumentos têm nomes bem curiosos como: ocarina de cabaça, pião sonante, tubo de imbaúba, buzina de barro, instrumento de casco de jabuti, tambor de carapaça de tracajá, flauta de osso de veado, buzina de envira, flauta tocada pelo nariz e apito de unha de caranguejo.



Suzano requer licenças prévia e de operação para expansão de eucaliptais em Montanha

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

Madeira Total* – A Suzano Papel e Celulose requereu ao Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf) as licenças prévia (LP) e de operação (LO) para o plantio de eucalipto nas fazendas dos blocos II, III e IV, localizadas em Montanha (extremo norte capixaba). Os comunicados foram publicados na edição do Diário Oficial desta terça-feira (27), nos quais consta que “os interessados na realização de audiência pública” devem formalizar o requerimento no Idaf em até 45 dias após a data de publicação.

O Bloco II compreende as fazendas Juazeiro, Luziane, Balão, Oriental, Esplanada, Alvorada, Luiz Siqueira e São Jorge, com área total de plantio de 2.533 hectares. Já no Bloco III estão as fazendas Santa Fé I, Santa Fé II e Santo Antônio, com área de plantio de 630 hectares. E, por último, no Bloco IV, as fazendas Eldorado II, Colina e Estrela do Oriental, onde será plantado eucalipto em 1.805 hectares. As fazendas integram a Bacia do Rio Itaúnas.

Os Relatórios de Impacto Ambiental (Rimas) apenas do bloco II e da Fazenda Eldorado estão disponíveis no site do Idaf e foram preparados pela empresa Aqua Ambiental. Também consta que as audiências destas duas expansões já foram realizadas, respectivamente em novembro e outubro do ano passado.

A audiência do dia 16 de outubro de 2013 gerou revolta a diversos militantes de movimentos sociais do campo, que realizaram uma ocupação popular no local do evento, um cerimonial de posse privada. Os militantes prepararam, na ocasião, uma nota na qual destacaram o “caráter privado” da audiência e se posicionam contra os monocultivos em todo o território capixaba, evidenciando o insatisfatório índice de empregabilidade de tal atividade, além de ser evidente que nos municípios onde os eucaliptais existem estão as maiores taxas de pobreza.

Junto com a Aracruz Celulose, a Suzano responde pelo modelo de desenvolvimento representado pelas monoculturas de eucalipto no Estado. Nos municípios do extremo norte do Estado, a empresa repetirá os impactos sociais e ambientais já conhecidos das comunidades tradicionais da região, principalmente quilombolas do antigo território do Sapê do Norte, formado pelos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.

Entidades como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde denunciam há décadas a contaminação do solo e da água gerados pelos plantios de eucalipto, além da mecanização, que gera desemprego em larga escala. A Suzano também é responsável por promover o êxodo rural e os conflitos instalados no campo.

A concentração de terras em poder das multinacionais impede ainda a realização da reforma agrária e o desenvolvimento de projetos da agricultura familiar. A consolidação dos projetos da Aracruz e Suzano só foi possível graças a financiamentos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

*Fonte: Século Diário

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Boletim de Notícias - Edição nº 97 / 2014

Brasília, 03 de junho de 2014.

Homenagem da Arpin Sul ao eterno amigo e líder indígena Augusto Kaingang
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=R65zetYisjY

Nós, da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, manifestamos nossos sentimentos aos parentes Kaingang e todo Povo Indígena pela morte desse grande e inesquecível guerreiro, Senhor Augusto Kaingang.

Além de um guerreiro forte e sábio, foi também nosso professor e exemplo a todos nós militantes, principalmente desta região sul. Suas palavras profundas, fortes sempre nos impulsionou a nos manter firmes na luta e incansáveis na defesa pelos nossos direitos, as quais ficarão para sempre gravadas em nossos corações.

Perdemos mais um companheiro de guerra nesta vida terrena, mas ganhamos a partir de agora em um patamar espiritual a proteção divina sobrenatural de Seu Augusto que sempre estará ao nosso lado, encorajando e fortalecendo nosso espírito.

Temos certeza que nossos ancestrais estão em festa recebendo com muita alegria o espírito desse guerreiro que fez muito bem sua parte e cumpriu sua missão aqui entre nós.

Em homenagem ao Seu Augusto, nós publicamos com exclusividade uma entrevista realizada com ele há dois anos, na região do Rio Grande do Sul, durante um encontro de caciques e lideranças. Assita ao vídeo.

Valeu Seu Augusto!

ASCOM ARPIN SUL – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DA REGIÃO SUL



**RS: “O conflito não é entre agricultores e indígenas, mas da política indigenista”.
Entrevista especial com Henrique Kujawa**
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.06.2014

“A terra por si não resolve as necessidades atuais dos indígenas, pois é preciso discutir quais são as suas necessidades, e como a terra se insere num projeto de etnodesenvolvimento”, afirma o historiador

IHU On-Line - “Por que a situação social entre agricultores e índios está tão tensa? Qual é o papel do Estado em momentos de tensão social como estes?”. Essas são as perguntas que devem ser feitas quando se trata de entender o conflito entre os índios kaingang e os agricultores familiares que vivem no Norte do Rio Grande do Sul. A proposta é do historiador Henrique Kujawa, que acompanha sistematicamente 13 acampamentos indígenas no norte do estado, os quais estão em diferentes estágios no processo administrativo da FUNAI para identificação, delimitação e demarcação das terras.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por e-mail, Henrique Kujawa se opõe à interpretação de analisar os conflitos da região Norte como uma disputa por terra entre indígenas e agricultores. “O conflito não é entre agricultores e indígenas”, pontua. Trata-se de um fenômeno “bem mais amplo” e complicado, porque se o problema não for visto dessa forma, ressalta, “pode transparecer que a responsabilidade por este conflito é desses dois grupos sociais, o que não é verdade”.

Na avaliação de Kujawa, os fatos históricos e a relação do Estado gaúcho com os indígenas e os agricultores devem estar em perspectiva para compreender o que acontece hoje. “O conflito é do modelo agrário desenvolvido pelo Estado, principalmente no último século, em que destina a mesma terra, em momentos diferentes, para índios e para agricultores. O conflito é da política indigenista, que desde o tempo do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, e que continua hoje com a FUNAI, vem gerenciando as terras indígenas de forma equivocada, o que não contribui para um etnodesenvolvimento a partir da realidade concreta que os indígenas vivem”, assinala.

Ele acrescenta: “É preciso romper com o romantismo, presente em alguns meios acadêmicos e em boa parte do senso comum, de que o índio é um ser integrado à natureza e que, se estabelecermos novas terras, eles voltariam a viver, em suas comunidades, da caça, pesca e coleta permeados pelo princípio do igualitarismo. Portanto, a terra por si não resolve as necessidades atuais dos indígenas, pois é preciso discutir de forma franca, honesta quais são as suas necessidades, para que eles precisam de terra e como a terra se insere num projeto de etnodesenvolvimento”.

Para ele, o governo gaúcho, ao não reconhecer os conflitos entre indígenas e agricultores, “demorou para compreender a complexidade e a gravidade do conflito, partilhando da visão simplista, de boa parte das instituições indigenista e da FUNAI, que não reconhecem a presença
CONT.



dos agricultores familiares, preferindo classificar o conflito como sendo entre latifundiários e indígenas. O governo assumiu uma postura de intermediação com o Governo Federal após os agricultores e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF ocuparem o Centro Administrativo em Maio de 2013”.

Henrique Kujawa é graduado em História pela Universidade de Passo Fundo, mestre em História pela Universidade de Passo Fundo e doutorando em Ciências Sociais no PPG de Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Lecionou na Universidade de Passo Fundo – UPF e atualmente leciona na Universidade de Chapecó-UNOCHAPECÓ e na Faculdade Meridional – IMED. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Costuma-se apontar o MS como o estado em que há mais conflitos territoriais entre indígenas e fazendeiros. No RS, a situação é diferente uma vez que os conflitos ocorrem em pontos específicos e isolados? Quais são os pontos de disputa territorial entre indígenas e agricultores no estado?

Henrique Kujawa - Não conheço o suficiente a realidade do Mato Grosso. No caso do RS não podemos dizer que os conflitos são em pontos específicos e isolados, mas pelo contrário. Num raio de 200 quilômetros de Passo Fundo, há 13 acampamentos indígenas que reivindicam a demarcação de novas terras indígenas, num movimento que os têm denominado de “retomada” e que possui organização de indígenas (conselho de caciques), apoio de organizações indigenistas, da igreja e da FUNAI. Uma das possíveis especificidades da realidade gaúcha é que estas demandas indígenas estão ocorrendo em região densamente povoada por agricultores familiares que estão nestas terras secularmente, sendo, portanto, o impacto da criação de terras indígenas muito diferente de outras partes do Brasil. Só para exemplificar, nos três casos — Vouro Kandoia, (município de Faxinalzinho e Benjamin Constant), Mato Preto (municípios de Getúlio Vargas e Erebang e Erechim) e Passo Grande do Forquilha (municípios de Sananduva e Cacique Doble) — em que eu e o professor Dr. Aldomar Rückert realizamos estudos, a média das propriedades não ultrapassa os 20 hectares por família, por isso a demarcação de menos de 2 mil hectares, como no caso do Passo Grande do Forquilha, atinge mais de 170 famílias.

IHU On-Line – Como se deu o processo de demarcação das terras indígenas no RS? É possível apontar em que períodos da história houve mais demarcações e por que áreas consideradas como território indígena tornaram-se propriedade dos colonos?

Henrique Kujawa - É importante lembrar que os conflitos territoriais no Rio Grande do Sul não são recentes. Historicamente vivenciamos conflitos entre os modelos latifundiários e o da colonização minifundiária; entre os projetos de barragem e dos agricultores familiares atingidos; entre os sem terra e o latifúndio. O que é novo neste caso, nas últimas décadas, é o conflito entre indígenas e agricultores familiares. Para entendermos melhor estes últimos, penso que é fundamental resgatarmos quatro momentos distintos no último século:

a) de 1911-1918, o governo do RS criou 11 áreas indígenas na região Norte do Rio Grande do Sul, loteando e vendendo lotes agrícolas em colônias públicas para agricultores, principalmente, descendentes de imigrantes;

CONT.



b) nas décadas de 1940-1960, algumas áreas indígenas demarcadas estavam em grande medida ocupadas por agricultores que faziam suas roças e pagavam parte para os indígenas e/ou para os funcionários do governo, por isso o Governo do RS faz reforma agrária em terras indígenas, vendendo parte delas para agricultores no Governo Leonel Brizola (1959/1963), como é o caso de áreas em Nonoai e Serrinha;

c) na década de 1990, seguindo a Constituição de 1988, que garante a demarcação das terras, as áreas que tinham sido vendidas para os agricultores na década de 1960 são devolvidas para os indígenas, que recuperam legal e legitimamente as áreas historicamente demarcadas, algumas de grande extensão, como é o caso de Serrinha, que tem 11 mil hectares;

d) na última década os indígenas passam a reivindicar as terras que nunca foram demarcadas oficialmente como indígenas e, na sua maioria absoluta, foram vendidas pelo Estado a agricultores nas primeiras décadas do século XX. Portanto, os atuais conflitos territoriais são completamente diferentes dos que ocorreram na década de 1990 e se dão sobre terras secularmente escrituradas pelo Estado do Rio Grande do Sul ou por ele reconhecidas e ocupadas por agricultores.

IHU On-Line – Quantas terras já foram demarcadas e quantas ainda estão em processo de homologação e estudo no RS?

Henrique Kujawa - No início do século XX (1910-18) foram demarcadas 11 áreas: Cacique Doble (1910); Carreteiro (1911); Caseiros (1911); Inhacorá (1911); Ligeiro (1911); Nonoai (1911); Serrinha (1911); Ventarra (1911); Guarita (1917); Votouro -Kaingang (1918); Votouro – Guaraní (1918). Algumas dessas áreas, que foram reduzidas e outras que foram extintas na década de 1960, tiveram os seus limites reestabelecidos após a Constituição de 1988. Hoje as áreas reivindicadas pelos indígenas onde tem maior tensão social estão no centro norte do Rio Grande do sul, situadas em locais de colonização, ocupadas por agricultores familiares. Há, no entanto, uma dificuldade de precisar quantas áreas estão sendo reivindicadas. O que eu posso afirmar é que num raio de 200 quilômetros de Passo Fundo há 13 acampamentos indígenas (que eu acompanho sistematicamente), que se constituem em demandas que estão em diferentes estágios no processo administrativo na FUNAI para identificação, delimitação e demarcação. São elas: Votouro/Kandoia (municípios de Faxinalzinho e Benjamin Constant); Mato Preto (municípios de Getúlio Vargas, Erebang e Erechim); Passo Grande do Forquilha (municípios de Sananduva e Cacique Doble); Cacique Doble (município de Cacique Doble); Campo do Meio (municípios de Gentil, Marau e Ceriaco); Mato Castelhan (município de Mato Castelhan); Carreteiro (município de Água Santa); Pontão (município de Pontão); Novo Xingu (municípios de Constantina e Novo Xingu); Inhacorá (município de São Valério); Rio do Índios (município de Vicente Dutra); e Nonoai (município de Nonoai).

Podemos ver que são muitos pontos de tensão social, sendo alguns deles mais recentes e outros nos quais os indígenas já estão acampados há mais de 10 anos, como é o caso de (Votouro/Kandoia, Mato Preto, Passo Grande do Forquilha e Rio dos Índios). Nestes mais antigos é que estamos presenciando a maior tensão, mas é importante frisar que se não houver uma proposta concreta de solução, a tendência é presenciarmos o acirramento do

CONT.



conflito em todas elas.

IHU On-Line – Como o senhor avalia a prisão recente de cinco lideranças indígenas em Faxinalzinho?

Henrique Kujawa - A questão, na minha opinião, não deve ser em relação à prisão, até porque quem comete homicídios, independente de quem for, deve responder juridicamente pelo ato. Agora esse é um problema para o Judiciário, por mais que eu defenda um maior controle da sociedade sobre a atuação da Polícia e do Judiciário, não vejo que a questão central deva ser se deve ou não prender quem cometeu homicídio. Vejo como um equívoco a forma como algumas entidades indigenistas, principalmente ligadas à igreja, têm tratado este tema. Entendo que o que devemos nos perguntar é por que houve os homicídios? Por que a situação social entre agricultores e índios está tão tensa? Qual é o papel do Estado em momentos de tensão social como estes? Devemos lembrar que em 2013 já houve confrontos físicos, um em Sananduva, onde três agricultores ficaram feridos, um com traumatismo craniano, e outro, em Mato Castelhano, resultando em um agricultor gravemente ferido.

Nos dois casos a Brigada Militar só chegou após o conflito ter ocorrido. Portanto, as nossas reflexões devem ir em direção da busca das raízes do grave problema que está gerando esta tensão e do questionamento do papel do Estado em momentos de tensões sociais.

IHU On-Line – Como o senhor descreve o conflito entre os Kaingang e os colonos no Norte do estado?

Henrique Kujawa - O conflito não é entre agricultores e indígenas, pois ele é bem mais amplo, até porque se colocarmos dessa forma pode transparecer que a responsabilidade por este conflito é desses dois grupos sociais, o que, na minha opinião, não é verdade. O conflito é do modelo agrário desenvolvido pelo Estado, principalmente no último século, em que destina a mesma terra, em momentos diferentes, para índios e para agricultores. O conflito é da política indigenista, que desde o tempo do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, e que continua hoje com a FUNAI, vem gerenciando as terras indígenas de forma equivocada, o que não contribui para um etnodesenvolvimento a partir da realidade concreta que os indígenas vivem.

IHU On-Line – No conflito entre Kaingang e agricultores, os indígenas alegam que as terras são tradicionalmente suas e os agricultores argumentam que estão na terra há muitos anos e elas foram concedidas pelo Estado. Quais as falhas da política indigenista nesse sentido?

Henrique Kujawa - Os indígenas têm razão por um lado, pois toda a região Norte, até o século XIX, era ocupada por indígenas, e os agricultores, por outro lado, também têm razão, pois desde o final do século XIX e início do século XX o Estado demarcou os toldos indígenas e vendeu as demais terras para os agricultores, as quais estão sendo ocupadas por eles. É importante que se diga que a relação que os agricultores estabelecem com a terra há mais de um século não é apenas econômica, é também cultural, social e simbólica.

Só para citar um exemplo, a área definida pela FUNAI para a criação da Terra Indígena – TI de Passo Grande do Forquilha (Sananduva, Cacique Doble), atinge quatro comunidades

CONT.



(conhecidas como capelas) com igreja, salão comunitário, campo de futebol, cancha de bocha e três cemitérios com lápides, que eu identifiquei, datados de 1917. A atual política territorial indigenista desenvolvida pela FUNAI e pelo Ministério da Justiça ignora esta realidade. Os laudos antropológicos mencionam os agricultores familiares e esta vida social secular apenas como intrusos, não índios e propõem demarcar as terras como sendo indígenas, sem indenizar as terras dos agricultores familiares, tratando-os como se fossem grileiros, invasores de terras indígenas. Nem precisa de muita reflexão para perceber que dessa forma o conflito social transforma-se num conflito beligerante.

IHU On-Line – Alguns moradores da região alegam que os Kaingang arrendam terras para agricultores. Essas denúncias são verdadeiras?

Henrique Kujawa - Existe especificidade em cada Terra Indígena, mas a realidade do arrendamento é concreta e não é denunciada só por moradores da região, mas também por indígenas. O cacique Jonatan, acampado em Mato Castelhana, relata, em depoimento ao Ministério Público Federal (27/07/2010), que foi expulso da TI de Serrinha, porque o cacique na época queria se apropriar da terra ocupada por sua família para poder arrendá-la.

O mesmo é denunciado pelo Cacique Ireni, que está acampado no Passo Grande do Forquilha, que relata, por ocasião da realização do laudo de identificação daquela área (p.40), que saiu da TI de Ligeiro por conflitos com o cacique da época, e um dos motivos era o arrendamento das terras.

Contudo, não devemos ter uma visão simplista e moralista deste problema, responsabilizando exclusivamente os indígenas. É fundamental nos perguntarmos por que os indígenas utilizam o mecanismo de apropriação privada e desigual das terras e as arrendam (chamados hoje de parceria ou de prestação de serviço). Dois elementos são fundamentais para a compreensão do problema. O primeiro deles é que o arrendamento foi histórica e oficialmente praticado pelo SPI para explorar a madeira das áreas indígenas e para instalar agricultores que pagassem 20% do que produzissem nestas terras.

A CPI do Índio de 1967, da Assembleia Legislativa Gaúcha, retrata com riqueza de detalhes esta realidade. O segundo é que o índio do século XXI, que vive no norte gaúcho, após mais de um século de intensas relações interétnicas, não vive e não viverá mais como vivia no século XIX. Mas nem por isso deixará de ser índio. Ele está, mesmo que periféricamente, inserido no mercado, pois tem necessidade de comunicação, transporte, acesso à alimentação e a bens de consumo produzidos pela sociedade.

É preciso romper com o romantismo, presente em alguns meios acadêmicos e em boa parte do senso comum, de que o índio é um ser integrado à natureza e que, se estabelecermos novas terras, eles voltariam a viver, em suas comunidades, da caça, pesca e coleta permeados pelo princípio do igualitarismo. Portanto, a terra por si não resolve as necessidades atuais dos indígenas, pois é preciso discutir de forma franca, honesta quais são as suas necessidades, para que eles precisam de terra e como a terra se insere num projeto de etnodesenvolvimento.

IHU On-Line – Como o governo gaúcho tem se manifestado diante desse conflito e da questão
CONT.



indígena de modo geral?

Henrique Kujawa - É importante dizer que o Estado do Rio Grande do Sul reconheceu na sua Constituição de 1989 (art. 32) que cometeu irregularidade ao vender, na década de 1960, para agricultores, terras historicamente demarcadas como indígenas e se comprometeu a devolver estas terras para os indígenas e indenizar e/ou reassentar os agricultores. Como já mencionei, este processo foi concretizado, embora ainda existam agricultores esperando indenização da década de 1990.

Em relação aos conflitos atuais, o Estado do RS manifestou-se formalmente que não reconhece como irregular o processo de colonização feito no início do século XX. Portanto, o Estado do RS não se responsabiliza pela indenização dos agricultores, repassando a responsabilidade para a União. Além disso, o governo demorou para compreender a complexidade e a gravidade do conflito, partilhando da visão simplista, de boa parte da instituição indigenista e da FUNAI, que não reconhecem a presença dos agricultores familiares, preferindo classificar o conflito como sendo entre latifundiários e indígenas. O governo assumiu uma postura de intermediação com o Governo Federal após os agricultores e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF ocuparem o Centro Administrativo em maio de 2013.

Entendo que, mesmo que a questão territorial indígena seja de responsabilidade constitucional da União, foi o Estado do Rio Grande do Sul que realizou a colonização da região Norte do Rio Grande do Sul no início do século XX, tendo vendido as terras para os agricultores. O Estado do RS é responsável pelos seus atos e, portanto, o atual governo responde pelos atos do Estado independente de em qual período histórico foram feitos. Não pode dizer agora que este problema é da União, até porque as escrituras centenárias dos agricultores são fruto de um contrato entre eles e o Estado gaúcho.

IHU On-Line – Qual a melhor solução para resolver esse conflito?

Henrique Kujawa - A solução do conflito passa pela mediação e pelo enfrentamento de suas causas. Mediação para que os atuais pontos de tensão não resultem em mais tragédias que ceifem vidas de agricultores e indígenas. Parece óbvio que se o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) continuar entendendo que este é um problema dos índios e dos agricultores, a tendência é o agravamento dos confrontos físicos. Não porque índios e agricultores sejam beligerantes — os vejo como pacifistas —, contudo, o prolongamento das disputas por décadas (índios morando em baixo de lona na expectativa de novas terras e agricultores tendo suas casas ameaçadas), a falta de respostas concretas para o problema e a presença física no mesmo espaço de grupos com interesses inconciliáveis não resultarão em outra coisa que não o confronto, se não houver efetiva mediação.

O enfrentamento das causas do conflito pode passar por três perspectivas. A primeira delas é o Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) fazer um esforço para acordar uma interpretação do direito constitucional indígena, principalmente no tocante ao entendimento do que seja ocupação tradicional. Quando houver demarcação de Terra Indígena, o que fazer com os moradores presentes nelas, principalmente quando se trata de agricultores familiares?

CONT.



O segundo é regulamentar o processo administrativo de identificação e delimitação de terras indígenas principalmente quanto ao papel cumprido pelos laudos antropológicos; a revisão da exclusividade da FUNAI na condução do processo e, inclusive, no julgamento do contraponto dos agricultores; na capacidade de reconhecer as especificidades regionais, principalmente quando envolve regiões de colonização intensiva e de agricultores familiares; no estabelecimento de transparência e de instituição de espaços formais de diálogo e mediação.

É fundamental que estas mudanças tornem mais criteriosas as instaurações de processos administrativos de identificação e delimitação de terras indígenas e que, uma vez instaurados, eles sejam mais rápidos. É importante que desde o início do processo se estabeleça, com precisão, o que vai acontecer com os índios e com os agricultores no final do processo, tendo uma solução clara para os dois grupos, independente do resultado do processo. Com isso, visa-se evitar a atual lógica de que, se a terra for definida como indígena, os agricultores ficarão na "rua da amargura" e, caso defina-se como dos agricultores, os indígenas ficarão morando embaixo de lonas.

Terceiro, precisa-se discutir de forma aprofundada a política territorial indigenista desenvolvida pelo Estado brasileiro. Será que ela está atenta, efetivamente, às necessidades atuais dos indígenas? Será que ela não está permeada por uma visão romântica de que o índio vai viver como nos séculos passados? É verdade que o índio, genericamente, tem uma relação diferente com a terra. Sobretudo, será que a atual necessidade de ampliação de terras dos índios do norte do Rio Grande do Sul possui apenas a motivação do vínculo tradicional, ou estão presentes também as atuais necessidades econômicas? Refletir sobre essas questões poderá contribuir para romper com a lógica de que o vínculo tradicional é a única forma de o indígena ter acesso a mais terra, e ao mesmo tempo enxergar a existência dos agricultores familiares, e entender que o reconhecimento do direito de um não precisa, necessariamente, da negação do direito do outro.